

Feminista e mamífera: reflexões acerca de feminismos e maternidades a partir de um blog materno.¹

Avance de investigación en curso

GT11: Gênero, Desigualdade e Cidadania.

Mariana Marques Pulhez²

Resumo

A presente proposta visa colocar em debate os alcances e os limites de um “feminismo mamífero” percebido num blog materno (Blog Mamíferas). Reivindicando o direito de serem mães e tudo o que estaria implicado para uma “maternidade ativa e consciente”, as blogueiras “mamíferas” parecem dialogar com o dito “feminismo da diferença”, que valoriza o materno enquanto lócus de poder feminino. Em que pesem as críticas importantes ao modelo judaico-cristão de uma maternidade instituída como lugar de sofrimento e sacrifício, bem como as críticas ao saber médico que molda o corpo feminino como defeituoso, ao defenderem a necessidade de produção de “hormônios do amor” para uma maternidade plena, elas podem incorrer no risco da naturalização, pela biologia, do amor materno.

Palavras-chave: maternidade – feminismo – amor materno

Introdução

“E o que é uma mãe mamífera? Uma mulher consciente da importância da vivência do parto para mãe e filho e que dentro de suas possibilidades e ideologias faz suas melhores escolhas. Uma mulher que sabe da importância da amamentação como um ato que vai muito além da alimentação e faz deste momento um **verdadeiro ato de fortalecimento do vínculo**. (...) Ser mamífera é **construir as decisões em conjunto com os profissionais questionando diagnósticos, vacinas, medicamentos, linhas pedagógicas e tomando atitudes conscientes e não de maneira cega porque o doutor mandou.**” (Karina)

“Para mim, o que a sociedade espera hoje das mulheres, depois de décadas de suposta “emancipação” feminina, é que sejam polivalentes, e **equilibrem nas mãos todos os pratos sem deixar cair nenhum** (...) Não vejo outra coisa que se espere da mulher, hoje, a não ser isso: **ser quase uma super heroína, que trabalha fora, trabalha em casa, cuida dos filhos, cuida do marido, e ainda cuida de manter a forma**, que de mulher feia, mal cuidada e com tudo caído, ninguém gosta, certo?” (Taís)

“...eu sempre abri espaço pro que eu considero feminino. Eu gosto de círculo de mulheres, eu gosto de estar com mulheres, eu gosto de conversar com mulheres, eu gosto de trabalhar com essas questões do feminino. (...) **porque é um pouco estranho abrir mão dessa questão biológica, do que é ser mulher, que inclui os processos do feminino, que é o parir e o amamentar.** (...)eu discordo de

alguns pontos desse feminismo antigo, que acha que estar em casa e abrir mão de trabalhar é a morte da mulher.” (Karina)

“...pra mim o feminismo é você poder escolher, vivenciar todos os aspectos da sua vida. (...) o maior ponto de embate das feministas e (...) as ativistas maternas é isso, elas dizem que você pode vivenciar a maternidade da maneira que você escolher e eu discordo um pouco disso. (...) **Porque a partir do momento que você escolheu ser mãe, você já tá aceitando a vida daquele outro ser humano que vai ser dependente de você ou de outro cuidador.** (...) **E, então, você escolher engravidar, escolher levar a gestação adiante, tudo isso tem de ser feito de forma consciente.** (...) E se você for fazer essa escolha de forma consciente você não tem muito como fugir de que o parto natural é melhor, de que a amamentação é melhor. (...) Você escolher ser mãe é você escolher ter mais um papel na sua vida. (...) **Mas se você parar para pensar que ser feminista é aceitar todas as escolhas que a mulher faça, desde que seja de forma consciente, então escolher ser mãe é uma escolha feminista também.**” (Natália)³

Os fragmentos acima fazem parte da etnografia em curso no Blog Mamíferas⁴ e de entrevistas feitas com suas autoras, Karina, Taís e Natália.⁵ O objetivo de ter selecionado esses trechos foi trazer à tona uma das discussões presentes neste blog, qual seja, a possibilidade de ser ao mesmo tempo “feminista” e “mamífera”. O que chama a atenção é a junção de duas categorias a princípio em disputa: “mamífera”, que nos remete diretamente a uma ideia de natureza, e “feminista”, que remonta a lutas travadas há anos contra uma associação de determinados papéis sociais ao sexo feminino, tal qual a ideia de que a maternidade, porque vinculada à biologia feminina, seria naturalmente desejada por todas as mulheres e, portanto, seu destino inevitável.

Para dar início à discussão, optei por trazer ao leitor a história do Blog Mamíferas. A ideia é mostrar as razões de sua existência e, através disso, já articular as categorias êmicas que definiriam esse posicionamento “mamífero” e “feminista” diante da maternidade, levantando questões referentes ao seu alcance e aos seus limites enquanto ideologia capaz de superar opressões de gênero e do sistema patriarcal. Em seguida, procuro traçar um breve panorama de teorias feministas relativas à maternidade, sem ter a pretensão, é claro, de dar conta de tudo o que já foi produzido nesse sentido. Vale acrescentar que, embora analogias sejam feitas na parte final do texto, não é meu objetivo encaixar essas blogueiras numa corrente feminista definida. A ideia é colocar suas perspectivas numa chave analítica que ajude a pensar o lugar que elas ocupam nas lutas travadas contra um sistema que elas enxergam como machista e desigual. Importa ainda dizer que esse texto se pretende um pontapé inicial na análise proposta, não almejando, portanto, apresentar conclusões definitivas sobre o assunto.

O Blog Mamíferas

O Blog Mamíferas ganhou seu primeiro post em 2008, fruto da vontade coletiva de Karina, Taís e Karen⁶, que trocavam suas experiências de maternidade numa lista de discussão chamada Materna-SP. Nela, milhares de mulheres trocam informações e experiências acerca da maternidade. No rol das discussões estão aquelas sobre parto, amamentação, cama compartilhada, gravidez, sistema obstétrico, etc.

Karina, uma das “mamíferas”⁷, conta-me que chegou à lista através de Karen, a quem conheceu num grupo sobre maternidade na Internet. Quando de sua gravidez, consultava-se com um obstetra que hoje ela percebe como um “cesarista”, ou seja, que não realiza partos normais, apenas cesarianas. Mas se informando sobre as múltiplas possibilidades que ela tinha disponíveis para si, às 33 semanas de gestação ela decide abandonar esse médico, sair da casa dos pais, mudar de cidade e semanas mais tarde, ter seu filho em casa, num parto domiciliar escolhido de última hora, com uma equipe de parto humanizado. Tendo nascido por uma cesariana, sendo de uma família onde todas as mulheres nasceram assim e também tiveram seus filhos por cesáreas, Karina entendeu seu processo como uma grande transformação, como uma experiência de transcendência, de beleza e de revolução interna que jamais imaginaria ser possível acontecer.

O sentimento que floresceu dentro dela foi de que às mulheres lhe são constantemente roubadas as experiências de parto, o que fez com que se juntasse à Taís e à Karen, correspondentes do Materna-SP, para contar ao mundo que outros partos são possíveis. Ambiciosas e ansiosas por ver o projeto acontecer, elas imaginaram uma revista impressa para divulgar matérias acerca de parto, amamentação, consumo consciente e formas de criação. Percebendo, contudo, que o investimento financeiro para tanto seria inviável naquele momento, decidiram criar um blog, ferramenta de edição gratuita e acessível a qualquer um que domine minimamente a linguagem da internet. Em 2010, ele se expandiu e teve a si acrescentado uma revista eletrônica que deveria ser alimentada com matérias de cunho mais jornalístico⁸ relativas à maternidade, com informações atualizadas sobre parto, violência obstétrica, taxas de cesariana, bem como relatos de parto, experiências de profissionais da saúde, como doulas e parteiras, ou mesmo receitas saudáveis e dicas sobre sustentabilidade e consumo consciente.

Porém, a revista do blog, pelo tempo que tomava dessas três mães⁹, ficou ativa por pouco tempo, diferentemente do blog, alimentado diariamente com doses altas de “coisinhas mamíferas”¹⁰. Em abril de 2013 entra em cena o Portal Vila Mamífera¹¹, um portal da maternidade ativa. A ideia do Vila Mamífera é reunir, num só endereço de internet, uma série de blogs que estejam de acordo com a ideologia “mamífera”. Um espaço onde se escreve sobre uma maternidade de mães que, segundo as blogueiras, se veem como ativas e conscientes, isto é, que questionam saberes médicos, que não se calam diante do que não concordam, que procuram se informar e se conscientizar sobre o que é melhor para si e para seus filhos, que se dedicam integralmente à sua criação, que pensam nos melhores alimentos para eles, que cuidam e se responsabilizam pelos seus filhos mediante a escolha consciente da maternidade.

Imagine...

... uma vila onde as crianças **nascem o mais naturalmente possível, mamam a qualquer hora, têm colo e carinho à vontade** e crescem com respeito, liberdade e amor;

... uma vila **onde se cuida da casa para cuidar da vida**, onde as mulheres conhecem sua própria força, onde há parceria, onde se sonha junto e se vai à luta;

... uma vila onde a gente alimenta o sonho de que um dia **toda mulher possa ser protagonista de sua história**, ter o direito de gestar e parir com respeito e amor, de que todo bebê possa ser **concebido, gestado, parido e criado com consciência e responsabilidade**, de que **toda criança possa ter direito a brincar, mamar, crescer e se alimentar com saúde e muito amor**;

... imagine.

Imaginou?

Essa é a nossa Vila Mamífera.¹²

Uma feminista radical à la Simone de Beauvoir teria verdadeiros arrepios lendo frases como “mamam a qualquer hora”, “onde se cuida da casa para cuidar da vida”, “porque é um pouco estranho abrir mão dessa questão biológica, do que é ser mulher, que inclui os processos do feminino, que é o parir e o amamentar”, ou então, “escolher ser mãe é uma escolha feminista também.” Ao mesmo tempo, frases do tipo “toda mulher (...) protagonista da sua história” e “construir as decisões em conjunto com os profissionais questionando diagnósticos, vacinas, medicamentos, linhas pedagógicas (...) tomando atitudes conscientes e não de maneira cega porque o doutor mandou” colocam em evidência uma posição talvez mais próxima das que Descarries e Corbeil (2002) chamaram de “feministas da diferença”, que se colocariam não tão ingenuamente diante de relações de saber-poder percebidas no tetê-à-tête com médicos e profissionais de saúde.

É preciso dizer que as taxas de cesariana no Brasil passam dos 50% e que em alguns hospitais privados podem chegar aos 100%. Para mulheres que não querem passar por uma cesárea, alcançar um parto normal pode ser tarefa árdua. As razões para isso são muito especuladas, mas esse não é o ponto a que quero chegar aqui. O que importa dizer é que mulheres como Taís, Karina, Karen e Natália buscaram, ou ainda buscam, um parto natural, sem intervenções médicas desnecessárias¹³. Mulheres como elas acreditam que a mulher está naturalmente preparada para realizar um parto, pois é próprio do corpo feminino esse processo que é biológico.

Além disso, elas defendem que parir naturalmente pode transformar o mundo. Inspiradas em Michel Odent¹⁴, elas acreditam nos “hormônios do amor”¹⁵ liberados durante o parto e a amamentação, os quais poderiam tornar as pessoas mais carinhosas e respeitadas. O vínculo entre mãe e bebê estaria mais garantido, perpetuado também na amamentação, outra produtora dos “hormônios do amor”. E com “hormônios do amor” no sangue, as mulheres se preocupariam mais com a criação de seus filhos, cuidando para torná-los pessoas melhores. Nas palavras de Natália:

A ocitocina é considerada o hormônio do amor e é liberada em quantidades muito maiores durante o parto natural e realmente facilita o estabelecimento desse vínculo da mãe com o bebê. O Odent fala que hoje os bebês estão nascendo sem amor, entendeu? E ele quer ver essa revolução acontecer porque a partir do momento que as mulheres começam a se preocupar com isso, começam a se preocupar com todo o resto das crianças. Toda a criação. É uma preocupação inicial. Eu concordo com isso se você parar pra pensar que a mulher que tá consciente das suas escolhas ela vai tentar mudar a forma como se nasce hoje, que é violenta, mecanizada. (...) É isso que é mudar o mundo.

No entanto, em que pesem as reivindicações legítimas por um parto menos mecanizado e violento e em que pesem as bandeiras tão próximas às em prol do aborto, em que mulheres exigem o direito sobre o próprio corpo¹⁶: em que medida a afirmação de que para melhorar o mundo é preciso que haja partos com mais amor não seria naturalizar a noção do amor materno? Associar hormônios – algo que, na concepção euroamericana¹⁷ é da ordem da biologia e da ordem da natureza – a sentimentos de ordem cultural, como o amor, não seria um tanto quanto perigoso para lutas feministas pela dissociação da mulher ao papel de mãe? Os “hormônios do amor” facilitariam o vínculo mãe e bebê, garantindo o sucesso da amamentação. Mas e as mães que não querem ou não podem amamentar? Sentiriam menos amor por seus filhos? E se sim, haveria algo de errado com elas? O diagnóstico da

depressão pós-parto, nesse sentido, poderia nos dizer muito sobre o estatuto do biológico associado a certos sentimentos socialmente esperados.

Por outro lado, associar a mulher ao papel da mãe que ama e que cuida seria válido no sentido de que a maternidade pode ser vista como o lugar possível da real emancipação da mulher? Seria a maternidade um lócus privilegiado por ser onde o potencial procriador (Descarries & Corbeil, 2002) conferiria poder e identidade às mulheres? Será que valorizar o “feminino-materno” não seria a via de libertação feminina? Ter identificado mulheres a homens durante tanto tempo por busca de igualdade não teria, na verdade, trazido mais perdas do que ganhos?

Essas são questões da ordem do dia, longe de serem completamente respondidas. Mas tendo em mente estes últimos questionamentos, na segunda parte desse texto traço um breve panorama das questões feministas relativas à maternidade, sem contudo pretender dar conta de toda a história dessas teorias.

Feminismos e maternidades

De acordo com Descarries e Corbeil (2002), a partir das décadas de 60 e 70, feministas de várias partes do mundo buscaram lutar contra a ideia de que a maternidade é o destino único das mulheres. Nos anos 60, as lutas travadas contra o sistema patriarcal iam no sentido de dar às mulheres o direito de ocupar os espaços públicos, seja no mercado de trabalho, seja na vida política. De um lado, feministas da corrente igualitária, dizem as autoras, buscavam se posicionar fora dos espaços domésticos, sem contudo questionar realmente a função da mulher enquanto mãe. É nesse momento que surge a figura da “supermãe”, aquela que tem que dar conta de tudo ao mesmo tempo: trabalho, casa, marido, filhos, e a quem Taís, no início desse texto, de alguma forma se refere: “uma super heroína, que trabalha fora, trabalha em casa, cuida dos filhos, cuida do marido, e ainda cuida de manter a forma.” De outro lado, feministas radicais, informadas por Simone de Beauvoir e o seu pioneiro *O Segundo Sexo*, rejeitavam teorias naturalistas que evocam a maternidade como instintiva. Lutando pelo direito ao aborto, foram as donas de frases como “meu corpo me pertence”, “o privado é político” e “um filho se eu quiser, quando eu quiser”. Questionavam o “modo de produção doméstico”, chamando atenção para o valor socioeconômico crucial do trabalho feito pelas mulheres em casa. Criaram dicotomias entre a “maternidade-experiência” e a “maternidade-instituição”¹⁸, sendo a primeira as experiências das relações entre mãe e filho, que podem ser enriquecedoras, e a segunda a maternidade que se espera das “boas mães” (Badinter, 1985; 2010), uma maternidade do modelo judaico-cristão, onde a mãe é aquela que deve se sacrificar pelos filhos e ser sofredora.

Mais tarde, nas décadas de 80 e 90, outra corrente de feministas questionou conquistas alcançadas pelas mulheres até então. Opuseram-se, por exemplo, à figura da “supermãe”: de que adiantava tantas conquistas na vida pública se em casa ainda tinham que cuidar dos filhos, do marido e da limpeza? Não seria mais interessante valorizar a maternidade? Outras, inspiradas na ideia de “maternidade-experiência”, começam a dar mais valor a seus corpos, ao seu poder de parir, de amamentar. A “maternidade-instituição” é totalmente recusada e passa-se a buscar uma maternidade prazerosa. Trata-se de dar mais atenção a um *savoir-faire* que lhes teria sido roubado pelo sistema patriarcal: a mulher, imbuída do conhecimento do próprio corpo, saberia colocar-se diante do mundo de modo a valorizar essa função que seria própria do feminino. Inicia-se a reconciliação entre o feminino e a maternidade, esta não sendo mais negada enquanto parte da mulher. É o chamado “feminismo da diferença”.

Segundo Knibiehler (1997), as feministas da diferença estariam menos situadas nos problemas cotidianos do que no plano simbólico. Elas recusariam a identificação com a figura masculina, negando

a corrente igualitária, que prezava essa igualdade, e inventariam o feminino enquanto essência. A ideia é valorizar o poder que parece investido na gravidez: a mulher grávida daria mais valor ao seu corpo e à sua sexualidade, apreciando-se enquanto mulher. Segundo a autora, para essas feministas, a identificação com o homem nas lutas anteriores teria feito com que toda expressão do feminino se perdesse. Teria havido, na realidade, uma busca pela identidade com a cultura patriarcal, cujo resultado teria sido a negação da sexualidade e a recusa da maternidade. A ideia, portanto, seria recuperar a feminilidade a partir da diferença entre homens e mulheres, o que poderia ser feito através da fundação de um poder coletivo das mulheres sob uma matriz materna (“*matriciel*”).

Descarries e Corbeil (2002) também chamam a atenção para essa corrente do feminismo da diferença. De um lado, haveria as “diferencialistas”, preocupadas em revalorizar uma ética feminina no domínio da intimidade, do relacional e do doméstico. Não se faz mais uma separação entre corpo e mente, e o julgamento moral realizado pelas mulheres colocaria em evidência uma ética fundada na solicitude e nas relações concretas com o Outro, especialmente no cuidado com as crianças. A maternidade, assim, seria a construção de uma relação ética com o Outro, e só assim se alcançaria a emancipação. De outro lado, haveria as feministas francesas ou da corrente da crítica psicanalítica e literária, inspiradas em Lacan e Derrida. Seu projeto, contam-nos Descarries e Corbeil, seria escrever uma linguagem do corpo apta a fazer ressurgir os traços de um feminino-materno reprimido. A maternidade seria vista como ato de criação, e o potencial criador/procriador, como fonte de poder e de identidade. Elas concentrariam esforços para recolocar o feminino e o materno como lugar da diferença e do Ser-mulher. Reivindicar o poder materno se tornaria a linguagem de libertação e ação para redefinir a identidade. Esse discurso se focaria no sujeito feminino, no corpo, na gestação, na criação de crianças, no poder das mães e no prazer materno, vistos como espaços distintivos e lugares da diferença e da relação com o Outro, isto é, lugares de “empoderamento”.

Para Descarries e Corbeil, o que incomoda nessas argumentações é que elas tendem a exaltar ou mesmo sacralizar um feminino-materno imutável e essencialmente inscrito no corpo. Elas não precisariam as múltiplas formas com as quais as sociedades representam o feminino-materno, não considerariam contextos históricos e culturais, e não fariam referências à diversidade de constrangimentos materiais e institucionais inerentes à experiência cotidiana da maternidade. Com a recondução a uma única identidade materna, perder-se-ia o objetivo de transformar a dinâmica das relações sociais entre homens e mulheres. A visão proposta por essas feministas seria redutora da diversidade de experiências vividas pelas mulheres e se originaria numa visão idealizada da maternidade, a qual não daria conta das múltiplas tensões, repressões e contradições que invadem o cotidiano das mulheres em relação à sua família, aos seus filhos e ao seu parceiro.

No entanto, para as autoras, colocar a maternidade apenas como lugar da opressão também não seria suficiente para entender todas as questões relativas a ela, já que a dimensão da experiência também tem sua importância. Ao mesmo tempo, mistificar a maternidade e desconsiderar os aspectos opressores presentes nessa relação também não seria a resposta ideal às suas contradições inerentes. Para as autoras, ainda faltaria muito para os discursos feministas encontrarem uma lógica convergente de análise. E talvez o caminho para escapar do sistema patriarcal fosse pensar mais no papel paterno, no lugar ocupado pelo pai nas relações parentais, aproximando-os dos filhos sem negar à mãe o papel que ela deseja ter.

Por sua vez, Elisabeth Badinter (2010) diria que hoje o maior problema estaria no que ela chamou de “ofensiva naturalista” e “império do bebê”. Para ela, a defesa do instinto materno e da maternidade enquanto lugar de poder essencialmente feminino significaria o abandono de toda a igualdade de gênero conquistada até hoje. Parir em casa, sem anestésias ou outras intervenções médicas, amamentar por livre demanda, recusar o leite artificial e, no limite, abandonar o trabalho, tudo

isso seria um grande retrocesso aos avanços do feminismo. A figura do bebê tomaria hoje a figura do marido, configurando uma forma diferente de patriarcado. Se antes era tudo pelo homem, hoje é tudo em nome do bem-estar da criança. E o desejo pelo seu bem-estar estaria calcado no ressurgimento – com grande força – do ideal da boa mãe rousseauiana (Badinter, 1985), que ama seus filhos incondicionalmente, ou da boa mãe judaico-cristã, que faz todos os sacrifícios necessários para que eles estejam sempre bem. Contudo, mulheres que não se adéquam a esse ideal, ou seja, que não parem naturalmente, que não amamentam por livre demanda, que não param de trabalhar e que confiam seus filhos a babás e creches, essas mulheres seriam sobrecarregadas por sentimentos de culpa e de que “algo não está correto com elas”.

“Feminismo mamífero”: à guisa de conclusão

A discussão é longa. Fica difícil negar, ouvindo relatos de mulheres sobre partos violentos¹⁹, que haja desrespeito por parte da categoria médica às vontades de parturientes. Nesse sentido, a discussão sobre o corpo, a gestação, o parto, a amamentação, o prazer que pode estar envolvido nisso e o empoderamento feminino a partir da maternidade pode ser vista, de algum modo, como uma via de emancipação das mulheres em relação a um sistema patriarcal opressor que domina os corpos femininos através, entre outras coisas, do saber médico. A maneira com que a medicina vem moldando a anatomia como potencialmente defeituosa e problemática e, por isso, necessariamente passível de controle, vem sendo debatida por teóricas do gênero e do feminismo²⁰. Além disso, não é verdade que mulheres decidem parir naturalmente apenas pelo bem-estar das crianças, como afirmaria Badinter. O parto como experiência única e individual já foi discutido, por exemplo, por Carneiro (2011b), em sua etnografia sobre mulheres que querem parir “naturalmente”, que mostra aspectos relativos a experiências de prazer e de espiritualidade vivenciadas no processo de parturição. E, segundo algumas notas de campo, há quem gostaria de parir novamente apenas por esta experiência, sem ter necessariamente a obrigação de criar a criança.

Existe outro lado, no entanto, muito sutil e difícil de matizar, que é o aspecto naturalizante e essencialista do amor materno presente em alguns discursos como o das “mamíferas”. A “maternidade ativa e consciente”, como elas dizem, que caracterizaria esse estilo “mamífero” de ser, é uma maternidade que busca fazer de tudo para que as crianças nasçam e sejam alimentadas e criadas da melhor maneira possível. E a “melhor maneira possível” se inicia já com o parto, livre de tecnologias invasivas, tendo continuidade na amamentação a todo custo. Muito embora elas reconheçam que há mulheres que não conseguem parir naturalmente ou manter a amamentação por vários meses, ou mesmo anos, o ponto cabal para que sejam vistas como “verdadeiras mamíferas” está no fato de que fizeram de tudo para alcançar isso: esperaram o trabalho de parto, suportaram as dores até o máximo que lhes foi possível, passaram por cima das dores causadas pelas feridas no seio, ordenharam o leite para armazenar e fornecer para o bebê em horários diferentes do seu horário de trabalho, passaram por cima do próprio cansaço para continuar amamentando.²¹

Esse tipo de atitude seria visto como assumir a responsabilidade pelos seus filhos. “Se você não quer ser mãe, você não é obrigada a ser”, dizem elas. Mas se a maternidade foi sua escolha, então a assuma com responsabilidade²². E isto vai desde a escolha pela via de parto até as preocupações com o estilo de criação oferecido às crianças, o que seria, de algum modo, mostrar ao mundo que há amor da mãe para com o filho. A dimensão do sacrifício, tão presente no modelo judaico-cristão da “boa mãe” (Badinter, 1985), embora recusada pelas “mamíferas” quando dizem buscar uma maternidade prazerosa, está ainda presente em vários aspectos: sentir a dor do parto, mesmo quando se tem muito medo dela, e não parar de amamentar, mesmo quando à exaustão, são apenas alguns exemplos.

Além da dimensão sacrificial socialmente esperada da “boa mãe”, há ainda outro aspecto a ser considerado nessa “maternidade mamífera”: a busca pela produção dos “hormônios do amor”. Tal procura no início da maternagem poderia ser, paradoxalmente, a prova de que o amor materno já estaria dado antes mesmo que os hormônios sejam lançados na corrente sanguínea – supondo, é claro, que os hormônios sejam mesmo capazes de produzir amor. A “mamífera” *quer* amar. Ela acha que *deve* amar, pois ela fez a *escolha* de ser mãe. E não contar com os hormônios para ajudá-la a amar seria quase como dizer que ela está se negando a produzir um sentimento que deve haver obrigatoriamente entre mães e filhos. Ora, mas não seria isso praticamente dizer que a mulher que escolheu ser mãe, mas não amamentou por mais de seis meses, não se regozijou com o parto natural e não se preocupa com a criação da mesma maneira que as “mamíferas” tem um “defeito natural”? Não teriam sido produzidos os “hormônios do amor” em seu corpo? As mamíferas reconhecem que a maternidade não precisa e nem deve ser obrigatória. Mas nesse reconhecimento, apelam para a natureza: *nem toda mulher nasceu para ser mãe*. Se a mulher não está disposta a se sacrificar, isto é, assumir todas as responsabilidades da maternidade, que não seja mãe. Se não está disposta a amar seu filho através do melhor parto e da amamentação, que não seja mãe. Mas ora, não estaria esse amor condicionado aos “hormônios do amor”? Portanto, ao mesmo tempo em que, em sua luta, elas negam os defeitos anatômicos imputados ao corpo feminino como parte de sua natureza, ao lançarem mão do argumento dos “hormônios do amor”, elas incorreriam no risco de acabar por definir e naturalizar, pela biologia, uma virtude e um defeito da mulher: a presença e a ausência do amor materno, respectivamente.

Finalmente, acredito que o “feminismo mamífero” poderia ser visto como emancipatório por um lado: essas mulheres querem ser mães e acreditam na maternidade voluntária, prazerosa e socialmente amparada (Carneiro, 2011a; Diniz, 2000). Colocam-se contra o ideal da “supermãe” e não se sentem oprimidas pelos maridos e/ou pais de seus filhos, pois enxergam na maternidade seu lugar de libertação. Nesse sentido, parecem estar muito próximas das feministas da diferença: enxergam sua liberdade no feminino-materno, naquilo que veem como propriamente feminino e não querem ser iguais aos homens. Querem ter igualdade de direitos, mas resguardando as diferenças. Por outro lado, contudo, ao evocar categorias da natureza/biologia enquanto argumentos na luta pelo direito à maternidade, o “feminismo mamífero” pode, mais do que abraçar mulheres, espantá-las. E isso pode ser visto em debates provocados pelos posts “mamíferos”, onde várias leitoras insistem em se justificar: “Eu tentei, mas não consegui ter meu parto natural. Nem por isso, amo menos meu filho.”; ou ainda, “Eu não consegui amamentar. Tentei de tudo, mas não deu. Nem por isso, amo menos meu filho.”²³

O amor, que deveria ser encarado como uma construção cotidiana entre seres humanos, passa a ser visto como uma obrigação biológica a ser perseguida. O parto natural e a amamentação, assim, poderiam ser considerados os símbolos biológicos do amor materno. A ausência deles significaria, automaticamente, a ausência de amor.

Bibliografia Citada

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2010). *Le Conflit: la femme et la mère*. Paris: Flammarion.
- Carneiro, R. G. (2011a). Subjetividades maternas e feministas em questão. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* (pp. 1-14). São Paulo: ANPUH.
- Carneiro, R. G. (2011b). *Cenas de parto e políticas do corpo: uma etnografia de práticas femininas de parto humanizado*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp.

- Descarries, F. & Corbeil, C. (2002). La maternité au coeur des débats féministes. In: Descarries, F. & Corbeil, C. (eds) *Espaces et temps de la maternité*, pp. 23-50. Montréal: Les Éditions Remue-Ménage. Disponível em: <http://dx.doi.org/doi:10.1522/24906551>. Acesso em: 13 de agosto de 2013.
- Diniz, S.G. (2000). Maternidade prazerosa, voluntária e socialmente amparada: breve história de uma luta. In: Araújo, M.J.O., Souza, M.J., Verardo, M.T., Francisquetti, P.P.S.N., Moraes, R.R., Bonciani, R.D.F. et al. (eds) *Saúde das mulheres: experiência e prática do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde*, pp. 77-97. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.
- Hotimsky, S. N. & Schraiber, L. B. (2008). Tipologias pélvicas no ensino da obstetrícia: articulações entre gênero e "raça" na formação de uma elite profissional. *26a Reunião Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro, Bahia.
- Knibiehler, Y. (1997). *La révolution maternelle: femmes, maternité, citoyenneté*. Millau: Perrin.
- Pulhez, M.M. (2013). “Parem a violência obstétrica!”: a construção das noções de “violência” e “vítima” nas experiências de parto. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia das Emoções*, v.12, n.35, pp.544-564. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>. Acesso em: 14 de agosto de 2013.
- Rodgers, J. (2012). “Comment peut-on être moi quand on est Mère?” – une étude de la maternité dans Um enfant à ma porte (2009) de Ying Chen. *International Journal of Canadian Studies/ Revue Internationale d'études canadiennes*, n. 45-46, pp. 403-416. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/1009912ar>. Acesso em 13 de agosto de 2013.
- Strathern, M. (1995). Necessidade de Pais, Necessidade de Mães. *Revista Estudos Feministas*, n. 3, v.2, pp. 303-329.

Notas

¹ Este texto apresenta dados referentes à pesquisa de mestrado em andamento e conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2012/02508-9. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

³ Grifos meus.

⁴ www.vilamamifera.com/mamiferas

⁵ Os nomes das blogueiras foram trocados para manter sua privacidade.

⁶ Karen foi uma das fundadoras do Blog Mamíferas junto com Karina e Taís. Em 2011, foi substituída por Natália por ter decidido se dedicar a outros projetos. Natália, por sua vez, deixou o blog em junho de 2013 por razões pessoais. Até a escrita desse texto, ainda não havia uma substituta definida para Natália.

⁷ Todas as autoras de autorreferem como “mamíferas”. Nesse sentido, posso vir a tratá-las assim algumas vezes, utilizando-me da categoria êmica.

⁸ Natália, Karen e Karina são jornalistas de formação. Taís, por sua vez, é atriz, mas hoje, além do blog, trabalha com tradução e revisão de textos.

⁹ Taís tem três filhas, sendo as mais velhas gêmeas. Já Karen, Karina e Natália têm apenas um.

¹⁰ Expressão constante no vocabulário das autoras.

¹¹ www.vilamamifera.com

¹² Grifos meus.

¹³ Por intervenções médicas desnecessárias, entende-se procedimentos ditos de rotina em partos, como por exemplo o uso do hormônio “ocitocina sintética”.

¹⁴ Michel Odent é um obstetra francês famoso por ter introduzido os conceitos de parto na água e de casas de parto. Para maiores informações sobre o obstetra, ver seu perfil no Facebook: <https://www.facebook.com/michelodent>.

¹⁵ De acordo com Odent e com dados recolhidos em campo, o trabalho de parto dispara a produção de um “coquetel de hormônios” que ajudam nesse processo: a endorfina, a ocitocina, a prolactina e a adrenalina.

¹⁶ As mulheres que reivindicam o direito a um parto humanizado (ou natural) costumam gritar palavras de ordem como “meu corpo, meu parto, minhas escolhas”, muito próximas às das reivindicações pelo direito ao aborto vistas nos anos 70.

¹⁷ Strathern, 1995.

¹⁸ Cf. Descarries e Corbeil, 2002 e Rodgers, 2012.

¹⁹ Para uma discussão sobre violência no parto, ver Pulhez, 2013.

²⁰ Cf. Hotimsky e Schraiber, 2008.

²¹ A própria Karina que, tendo amamentado seu filho até os 3 anos de idade, reconhece que na altura do 1 ano e meio, ela pensou em desmamar, pois se encontrava muito cansada, já que ele mamava o dia inteiro. No entanto, ela insistiu por acreditar que, se ele mamava tanto, era porque precisava dela, e não seria justo com ele romper esse vínculo.

²² Apesar de afirmarem que a maternidade pode ser uma escolha e que, quando feita, é necessário assumir a responsabilidade, as “mamíferas” também são a favor do aborto. Na verdade, aí não reza nenhuma contradição: se o aborto fosse legal, apenas maternidades escolhidas conscientemente ocorreriam. No entanto, em não sendo a prática legalizada no Brasil, esse discurso acaba incorrendo na exclusão daquelas mulheres que não puderam escolher de fato a maternidade – embora Taís afirme, em alguns momentos, que o não uso da contracepção também é uma forma de escolha.

²³ Notas de campo.